

o financiamento de desenvolvimento industrial e da infra-estrutura do País, suplementando os recursos próprios das empresas. Ou esse problema é revolido, ou o nosso acesso a estágios superiores da industrialização está sacrificado. Dai a importância de dispor daqueles mercados, para financiar o desenvolvimento. O que exige economia sem inflação, praticamente.

A terceira razão é que a convivência com taxas muito altas de inflação dramatizou uma realidade social terrível, que costumávamos negligenciar. A inflação realiza grandes transferências de renda, não desejadas, e, freqüentemente, tende a ser brutalmente injusta. As transferências de renda mais óbvias ocorrem através do imposto inflacionário. Não tendo receita suficiente para cobrir suas despesas, o governo faz inflação, que reduz a capacidade aquisitiva da sociedade, correspondentemente. Só que a perda, freqüentemente, é dos assalariados e pequenos empresários. As aplicações financeiras e as grandes empresas têm melhor proteção, em geral. E na hora da recessão, não raro necessária, para evitar a explosão inflacionária, o desemprego se manifesta. Ou seja, alguns passam a ter renda zero, por certo período.

Outra forma, menos óbvia, de transferência de renda não desejada tem lugar no sistema de preços. A defasagem nos preços de bens e serviços das estatais, ou de outros setores controlados, a deterioração real do valor dos aluguéis — todas são formas de conceder subsídios, sem sabermos a quem são concedidos, e por que.

Existem deslocamentos arbitrários de renda, igualmente, através da fixação de índices para correção de salários e aplicações de poupança (assim como no tocante aos reajustes de preços). É só lembrar a observação de Carlos Brandão, de que, entre 1967 e junho de 1989, o investidor que aplicou 100, em título do governo, recebeu de volta apenas 35 (isto é, perdeu 65% do valor real de sua aplicação).

É chegado, diante disso, o momento de fazer uma definição. Se o governo ou o Congresso desejam aumentar despesas, cultivar o populismo, ou elevar investimentos sociais, que se cobre o necessário tributo, e se estabeleça, claramente, quem vai receber o benefício. Do contrário, vamos ter

mente, o senso de direção nacional, e entrar em fase de crescente instabilidade, talvez com hiperinflação. A outra é conseguir realizar um reordenamento da economia, evitando a hiperinflação, realizando reformas econômicas e sociais e iniciando importante transformação industrial, para ingressar no mundo da III Revolução Industrial.

Trata-se, realmente, de realizar uma reconstrução econômica, à semelhança do que fez o governo Castelo Branco, mas já agora em situação muito mais crítica. E reconstrução, como visto, de forma a reemergir, mais adiante, em estágio mais avançado. Para isso, precisamos atualizar nossa visão da realidade, inspiradora das reformas necessárias à reconstrução. Tal atualização significa, principalmente, a revisão do Estado; a nova visão do problema social; o novo estágio de industrialização; e a melhor inserção na economia internacional.

Tornou-se inadiável repensar o Estado, no Brasil, criticamente, a fim de entender o que nele ocorreu. Para Hélio Jaguaribe, o Brasil tinha, até o governo Geisel, o mais moderno Estado de terceiro mundo, capaz de realizar o desenvolvimento e, em certa medida, o progresso social. Hoje, as distorções se multiplicam: a ausência de predomínio do interesse público; a proliferação de cartórios empresariais; os escândalos de favores clientelistas, e de soluções especiais para certas categorias de funcionários; os exemplos de influência política; a falência financeira. A gravidade dessa crise do Estado é evidenciada, até, pela sua incapacidade de prover simples serviços de rotina à população, como fiscalizar os abusos de trânsito e manter um razoável ensino público e saúde pública.

Ao repensar o Estado, entretanto, não cabe nem a atitude de estafodofobia, nem de estadolatria, como assinalou Delfim Netto. A sociedade brasileira tem que dizer o que dele deseja, no atual estágio de desenvolvimento, objetivamente.

Em seu último livro, Peter Drucker, com a responsabilidade de grande especialista interna-

te, é preciso que não haja outra forma de desempenhar a função (por exemplo: o problema atual das estradas de ferro, no mundo inteiro, decorre de existir a possibilidade de fazer quase tudo que elas fazem através da via rodoviária). Novamente, mesmo em nações desenvolvidas, é usual que empresas estatais se tornem ineficientes. Basta, para isso, o descumprimento de alguma das inúmeras condições indispensáveis ao sucesso.

No caso brasileiro, nas atuais circunstâncias, deve-se objetivar um Estado de ações estratégicas, concentrado num certo núcleo de funções de alta prioridade. É essencial restabelecer-lhe o espírito modernizador, voltado para o desenvolvimento e a mudança social.

Na área econômica, caber-lhe-á a responsabilidade da estratégia de desenvolvimento, e, em particular, de uma política industrial e tecnológica ativa. Feito isso, pode reduzir-se, substancialmente, a sua função reguladora, que no Brasil se ampliou através de enorme burocracia e, não raro, da ação casuística.

No tocante ao Estado-empresário, duas são as questões básicas: a definição de sua área de atuação, que precisa ser atualizada; e como evitar que, com o tempo, deteriore o desempenho dos principais conglomerados estatais.

O Estado-empresário, na presente etapa, deve limitar-se às áreas de infra-estrutura: Energia Elétrica, Petróleo, Transportes, Comunicações. E, mesmo assim, sem exclusividade: respeitado o monopólio do Petróleo, nos demais setores deve-se começar a abrir espaços para a iniciativa privada. Não tem mais sentido tratar a infra-estrutura como de caráter estratégico, embora tais programas devam ser atendidos normalmente, sem defasagem.

Estratégico, agora, é o campo da tecnologia. As áreas de Indústrias Básicas, inclusive Petroquímica e Siderurgia, devem passar à alçada, fundamentalmente, da empresa privada nacional. Não há mais razão para ter o Estado nas indústrias de transformação, mesmo em setores mais pesados, pois a iniciativa privada já pode por elas responsabilizar-se. A presença do Estado no campo da produção deve renovar-se dinamicamente, e ter caráter realmente supletivo.

proximidade dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Sãoções são impostas, freqüentemente, aos países que mantêm sua indústria excluída de competição, pelas reservas de mercado.

A saída, para fugir à citada armadilha, é dar condições de competitividade à indústria nacional, mesmo aquela voltada para o mercado interno. Tais setores, realmente, não enfrentam nem competição externa nem interna. O sistema de proteção brasileiro vinha sendo casuista e excessivo, e deve, certamente, ser racionalizado. Procura-se substituí-lo por um outro, baseado, principalmente, na tarifa (com as naturais salvaguardas, para práticas de competição desleal).

Evidentemente, não se trata de realizar a liberalização à la Martinez de Hoz. O que se quer é evitar a perpetuação da proteção irracional. De lá resultam elevados subsídios, disfarçados, à indústria, em prejuízo do consumidor interno. Em essência, deve-se promover uma política de reestruturação industrial, inclusive nos setores voltados para o mercado interno, de modo a aumentar-lhes a competitividade. Enquanto isso ocorre, faz-se liberalização progressiva, reduzindo o nível de proteção, à medida que a estrutura industrial se torna mais eficiente. Aquela reestruturação deve receber o apoio do BNDES e do BB Banco de Investimentos, através de financiamentos de longo prazo e capitalização, inclusive para renovação tecnológica.

A idéia de reserva de mercado deve ser revista, adotando-se, em geral, o conceito estratégico de mercado: usar o mercado interno, ao máximo, como base para alcançar o mercado externo.

A melhor inserção na nova economia mundial não significa nem transformar em panacéia a abertura para o Exterior nem deixar desprotegida a economia nacional, ou a empresa nacional. Significa procurar tirar proveito das oportunidades concretas, e importantes, da próspera economia internacional, em processo de rápidas e profundas transformações. Não vai nisso nenhum posicionamento ideológico.

Todo mundo sabe das principais realidades novas: competição global, a partir principalmente da ofensiva do Japão e dos outros supercompetidores da Ásia; importância crescente dos blocos econômicos regionais (Europa unificada; América do Norte; integração informal da Ásia); deslocamento progressivo do centro geográfico internacional para o Pacífico; iminente integração do Leste europeu com a Europa Ocidental; tendência a papel preponderante dos fluxos financeiros, com uma dinâmica própria, em relação aos fluxos comerciais; redução do conteúdo de mão-de-obra e de materiais tradicionais nas exportações de manufaturados.

Sem embargo, algumas implicações menos óbvias devem ser mencionadas.

Primeiro, veio para ficar a dinâmica de uma economia universal, em que existem vários centros de decisão, todos eles parcialmente dependentes uns dos outros. Tais centros são as economias nacionais, ainda hoje os grandes protagonistas, mas nenhuma delas dominante (nem mesmo os Estados Unidos); os blocos regionais; os mercados, com a sua lógica global; e as empresas globais (ou seja, mundiais, e não mais multinacionais). A soberania continua existindo, mas os países devem usá-la para tornar inteligente a sua inserção nessa nova realidade, que pode ajudar muito a estratégia nacional, ou prejudicá-la, dramaticamente.

Segundo, os blocos regionais tendem a praticar uma política comercial que não é nem de livre comércio nem de protecionismo, preponderantemente. E sim, como sugerido, de reciprocidade, quer quanto a outros blocos ou países desenvolvidos, quer quanto aos NICs. E por isso que tentativas de manter reservas de mercado ostensivas passam a pagar um preço terrível.

Terceiro, o fato de as empresas com atuação internacional (mesmo as médias estão passando a fazê-lo) terem passado de multinacionais a globais (mundiais) tem consequências importantes. Não estão elas preocupadas, preponderantemente, com explorar o mercado interno de cada país, segundo ocorria até os anos 70. A ótica é outra: localizam sua produção onde é mais barato; fazem pesquisa onde acharem conveniente (e não, necessariamente, na matriz); e vendem no mundo inteiro. As estratégias de investimento e de comércio estão integradas: investe-se e vende-se para maximizar o rendimento do patrimônio líquido. E, com a redução dos custos de mão-de-obra e de materiais, pode tornar-se mais econômico produzir junto ao mercado, que são principalmente as nações desenvolvidas: os custos de transportes pesam relativamente mais. Por outro lado, em face dessa visão global, os arranjos locais passam a ser mais flexíveis, seja no relacionamento com a economia nacional ou com a empresa nacional.

Quarto, dispensável salientar não estarem ainda inteiramente claras todas as consequências do desmoroamento de barreiras do Leste europeu. Mas é fora de dúvida que aproximação maior passa a haver entre tais economias e os países desenvolvidos do Ocidente. Inclusive do ponto de vista de receber investimentos e cooperação financeira.

Em conclusão: todas essas realidades exigem reação nossa, a ser explicitada na estratégia de inserção. O fortalecimento geral da competitividade nacional é ingrediente relevante de tal reação, que exige novos enfoques (por exemplo: investimentos no Exterior, para garantir exportações) e novas alianças, a nível de empresas globais e de países ou blocos.

Além das idéias mencionadas, outras reformas e iniciativas deverão ter lugar, dentro do contexto da reconstrução econômica. O objetivo será, sempre, criar condições para o funcionamento eficiente e dinâmico do sistema de mercado. Entre elas se inclui a reforma do mercado de capitais, para acabar com a manipulação existente e realizar o seu desenvolvimento, tornando-o instrumento relevante de capitalização da empresa privada nacional. E a criação de novos instrumentos para o desenvolvimento: mecanismos para a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico; agência especial para financiamento de novos programas na área social; novos esquemas de financiamento para o BNDES, Petrobrás e Eletrobrás.

O autor é economista e ex-ministro do Planejamento nos governos Médici e Geisel. Ele participou do Fórum Nacional Perspectivas do Brasil no Próximo Governo, esta semana, no Rio, e apresentou este paper em uma de suas intervenções.

Estamos sempre a tratar a inflação como uma gripe, quando às vezes é uma pneumonia.

O Estado se tornou a principal causa autônoma de inflação, associada à política monetária permissiva.

Não se trata de torná-la (a inflação) mais civilizada. Trata-se de extingui-la. E para isso é preciso eliminar as condições que a alimentaram.

A partir de agora, o País precisará de um sistema financeiro capaz de prover financiamentos de longo prazo.

A convivência com taxas muito altas de inflação dramatizou uma realidade social terrível, que costumávamos negligenciar.

Se o governo ou o Congresso quiserem aumentar despesas, que se estabeleça quem vai receber o benefício. Do contrário, vamos ter um Estado que não sabe de quem está transferindo e para quem o faz.

A gravidade dessa crise do Estado é evidenciada até pela sua incapacidade de prover simples serviços de rotina à população.

A partir de agora, o País precisará de um sistema financeiro capaz de prover financiamentos de longo prazo.

O BNDES não pode, sozinho, responder por todo o financiamento de desenvolvimento industrial. Ou esse problema é resolvido, ou o nosso acesso a estágios superiores de industrialização está sacrificado.

A idéia de reserva de mercado deve ser revista, adotando-se, em geral, o conceito estratégico de mercado: usar o mercado interno como base para atingir o mercado externo.

Chegou a hora de adotar-se uma nova visão da estratégia social. Trata-se de vê-la organicamente integrada à estratégia do desenvolvimento e não como uma atividade à parte.

Trechos do paper de Reis Velloso

Peter Drucker: lições da história sobre as funções e limites do governo

Martinez de Hoz: um caminho fora de cogitações.

Hélio Jaguaribe: as distorções se multiplicam.

Delfim Netto: nem estafodofobia nem estadolatria.

Na segunda fase, a partir de 64, deixou de haver a justificação da inflação. Mas se procurou, não extingui-la, e sim com ela conviver. O tratamento gradualista, consubstanciado no Paeg, conciliava crescimento com inflação. O pensamento econômico tornou-se mais racional, mas não desapareceram, nem a ideologia "desenvolvimentista", nem a tolerância social com a inflação. Os anos de 64 a 79 foram de maior competência no controle da inflação (embora, na primeira fase, a custa dos salários reais, premidos pela "inflação corretiva" das tarifas públicas, taxas de juros, aluguéis, taxa de câmbio). E foram, também, os de início da expansão dos mecanismos de indexação. Que, nos anos 80, com o advento da inflação bárbara, disseminaram-se e automatizaram-se. O insucesso dos choques heterodoxos em controlar os preços deu à economia brasileira a memória aguda da inflação galopantemente ascendente. E a tecnologia para nela tentar subsistir.

Como resultado dessa experiência recente, temos uma conclusão importante. Para percorrer o caminho que vai de taxas razoáveis de inflação à pré-hiperinflação, levamos cerca de 15 anos, de 1974 a 1989. Suponhamos que se decida, agora, fazer um combate à inflação objetivando não sua liquidação, mas a sua redução substancial, digamos para 50% ao ano. Nesse caso, qualquer distúrbio que venha a ocorrer, após alcançado esse patamar mais baixo (altos déficits, choques externos), irá deflagrar um processo em que aquele caminho será refeito num prazo muito curto, e não mais em vários anos. Alguns meses, apenas. A razão é que a memória da inflação galopante está viva, e a tecnologia de a ela ajustar-se, rapidamente, é conhecida de toda a sociedade. Os mecanismos de indexação se irão recompor velozmente.

Isso mostra a inutilidade de um meio ataque à inflação. Repetindo, não se trata de torná-la mais civilizada, e com ela conviver. Trata-se de extingui-la, virtualmente. E, para tanto, é preciso eliminar as condições sociais que a alimentaram durante várias décadas, a saber: o "desenvolvimentismo" e a tolerância social.

Nas presentes circunstâncias, existe uma outra razão para que se objetive eliminar a inflação. No novo estágio de desenvolvimento, a partir de agora, o País precisará de um sistema financeiro capaz de prover financiamentos de longo prazo (acima de um ano); de um mercado voluntário para títulos do governo, também de longo prazo; e de um mercado de capitais em nova dimensão. E essas três coisas só se desenvolvem em clima continuado de virtual estabilidade de preços.

Devemos lembrar que o atual estágio industrial do Brasil é correspondente àquele em que estava o Japão, na altura da primeira crise de petróleo: concentrado nas Indústrias Básicas (Siderurgia, Petroquímica, Bens de Capital etc.), e tentando alcançar as altas tecnologias. Ora, se não existirem mais financiamentos externos, essa lacuna tem de ser preenchida de algum modo, O BNDES não pode, sozinho, responder por todo

um Estado que não sabe de quem está transferindo, nem para quem o faz. O que, dentro do natural jogo político, com muita freqüência, significa transferir da classe média e das empresas organizadas, para os grupos de interesses especiais.

Em conclusão, as colocações políticas feitas mostraram a urgente prioridade do controle e eliminação da inflação, se desejamos ter crescimento sustentado. Sem isso, continuaremos, como se fez duas vezes na atual década (em 79/80 e em 85), a iniciar ciclos de crescimento, que morrem em seguida, não necessariamente por causa apenas de problema da inflação. Mas hoje, certamente, tendo-a como protagonista do crime.

O presente trabalho nasceu do propósito de trazer à discussão, pela sociedade, esse tipo de erro. E da preocupação de não fazê-lo de forma inadequada, cuidando apenas do combate à inflação. É preciso colocá-lo em contexto mais amplo, de um programa, no novo governo, capaz de realizar a reconstrução econômica do País.

Na primeira parte, iremos tratar, exatamente, dessa inserção do problema inflacionário num esquema geral, de reordenamento da economia. A segunda se concentrará na pedra angular da política antiinflacionária, ou seja, a eliminação do desequilíbrio financeiro do setor público.

A questão nacional, nas atuais circunstâncias, não é, simplesmente, achar uma saída para a crise. Nem, apenas, dela sair retomando o crescimento.

A questão é sair da crise em novo estágio de desenvolvimento, e dentro de nova visão da realidade.

A sociedade brasileira está diante de uma encruzilhada. Uma alternativa é perder o País, real-

cional, em management, refere as lições da história sobre as funções e os limites do governo. No seu entender, a experiência dos desenvolvidos mostra ser possível ao governo desempenhar bem as suas funções próprias, inerentes à sua natureza: defesa, manutenção da ordem, justiça.

No tocante à sua ação social, existem condições a serem necessariamente atendidas, para que os programas funcionem eficientemente. De preferência, segundo Drucker, deve-se concentrar a atuação do governo em levar aos pobres, como se procurou fazer nos países mais ricos, no século XIX, certos serviços públicos básicos: água, esgotos, ensino básico, saúde pública.

Atualmente, é inevitável uma certa dimensão do welfare state (estado providenciário), mas os programas nessa área exigem cuidados especiais. O objetivo de cada programa tem que ser seja definido de forma clara e simples, por prazo certo e para determinado público. Permitir múltiplos objetivos, imprecisão, e, especialmente, algum propósito político, ou deixar de rever o programa periodicamente, para saber se ainda existem razões para sua manutenção — é cortejar o desastre. Mesmo nos países desenvolvidos, freqüentemente, fracassam projetos em áreas sociais, todas as vezes que os requisitos indispensáveis ao sucesso não são atendidos.

Quanto à atividade empresarial do Estado, que não constitui função própria sua, com mais razão, só haverá bom desempenho, segundo Drucker, se condições rigorosas forem observadas. A empresa deve ter um objeto social definido, e dele cuidar empresarialmente, sem atender a objetivos "sociais" ou, muito menos, políticos. Frequentemen-

... como Lênin destacou, nada desorganiza mais que a inflação: "Se deseja destruir a sociedade burguesa, você tem que corromper a sua moeda".

"Com tantas autoridades nos dizendo que nada mina a estrutura de uma sociedade tanto quanto a inflação, nem se faz necessário que nos detenhamos nessa proposição. Se a aceitamos, então, segue-se do que acabo de dizer que, de todos os pontos de vista imagináveis — exceto o ponto de vista de revolucionários irresponsáveis —, é de importância vital, após uma guerra, ajustar o processo econômico de um país, de modo a impedi-lo de continuar produzindo inflação."

Joseph A. Schumpeter
Capitalismo, Socialismo e Democracia
(adendo de 1949)

A interpretação da crise brasileira não admite simplismos. É evidente o seu caráter global, com uma dimensão ética e, até mesmo, existencial.

Suas raízes de longo prazo se localizam no acúmulo de tensões resultantes de dois grandes processos sociais. O primeiro, o processo de modernização deflagrado nos anos 50, através da industrialização acelerada. Trouxe ele o dinamismo econômico, até 1980, mas sem eliminar as extremas desigualdades sociais nem realizar a modernização política. O segundo, o processo de formação de uma sociedade de massas, e principalmente da política de massas, que veio revelar sua volatilidade, e face enigmática, nesta eleição presidencial de 89.

Já entre as causas de médio e curto prazo estão, principalmente, as crises sucessivas dos anos 80. Entre essas, as mais desestabilizadoras devem ser salientadas. Inicialmente, veio o problema da dívida externa, levando ao colapso financeiro de 82. Depois, chegou a inflação bárbara, principalmente após o fracasso do Plano Cruzado, em fins de 86. Enquanto isso, estava passando a acontecer a invasão do Estado pelo sistema político, carente de modernidade, preso a práticas clientelistas e populistas.

As três crises — dívida externa, inflação e ausência de modernidade política — passaram a ser problemas da própria sociedade brasileira. E, pois, assumiram dimensão política. Por causa delas, o País perdeu o controle do seu destino. Mas não é só por sua gravidade que as três questões se tornaram políticas. São eminentemente políticos, por sua própria natureza, os processos que as alimentam, segundo veremos.

Essa realidade econômica e política, que tem sido analisada nos seminários promovidos pelo Fórum Nacional, nos levou a escrever três pequenos livros, destinados a trazer ao debate público os temas citados. Os dois primeiros, já prontos, são A dívida externa tem solução? e o presente trabalho. O terceiro, a ser concluído em breve, terá o título Brasil — Modernização política ou decadência.

Introduzindo, a seguir, a temática da inflação, desejamos fazer duas colocações básicas. Significam elas um novo posicionamento nosso em relação ao assunto, após quase trinta anos lidando com a economia brasileira, e sempre dando ênfase à prioridade do desenvolvimento. Muitos outros economistas estarão chegando às mesmas conclusões, diante do quadro atual.

A primeira dessas colocações é que a inflação, com o caráter bárbaro dos últimos anos, converteu-se no "inimigo público número 1". E, em consequência, na prioridade cronológica absoluta, para o desenvolvimento e a democracia, no Brasil.

Quando a taxa inflacionária ultrapassou os 40% ao ano, em 1976, no contexto do ajustamento à primeira crise do petróleo, participamos da decisão do governo Geisel, de assegurar-lhe a prioridade cronológica. Passava-se a aceitar o crescimento, temporariamente, como variável residual (o que fosse possível obter, após o controle da inflação e do balanço de pagamentos). Mas ainda estávamos dentro do enfoque gradualista, que julgávamos suficiente para voltar à relativa estabilidade de preços, dos primeiros anos da década de 70.

A situação é, hoje, diferente. Trata-se de, no novo governo, enfrentar uma inflação de mais de 13.000% ao ano (se anualizarmos a presente taxa mensal). O problema não é mais, sequer, a inflação bárbara dos anos recentes, caracterizada por taxas muito altas, com elevação periódica para novos patamares. Alcançamos a fase da pré-hiperinflação. Notam-se, já, alguns sinais de hiperinflação, mas não a presença da hiperinflação clássica, com a rejeição total da moeda. O processo se mantém equilibrado por um fio, à espera da definição do novo governo. Diante desse quadro, radical deve ser a reação que se impõe, para a ação de emergência, e o ajuste capaz de liquidar o problema.

Uma palavra sobre as razões desse novo enfoque político, para além da generalidade de estarmos em situação de emergência.

Antes de tudo, a inflação bárbara vem desestabilizando a sociedade brasileira. E, em particular, a economia. De um lado, os assalariados têm, como angustiante preocupação diária, evitar grandes perdas de poder aquisitivo. É só lembrar que, com inflação mensal de 50%, por exemplo, entre o início e o final do mês o seu salário real cai de um índice 100 para 67% (isto é, perda de 33%). Ainda que haja a integral recomposição, ao final do mês, ao longo do período já ocorreu queda brutal. Como a taxa de inflação é ascendente, nem a reposição pelo pico evita a corrosão do salário médio real. Daí a sua terrível inquietação, e o clima permanente de reivindicações e greves em que vivemos. Daí, até mesmo, as greves selvagens, que em outras circunstâncias jamais floresceriam.

Eilustrativo que as lideranças sindicais brasileiras tenham definido, como seu grande objetivo, no novo governo, "continuar a luta pelo salário real". Quer dizer: a classe trabalhadora está mobilizada, não para novas conquistas, como aumento de emprego e crescimento do salário real. Procura-se, tão-só, evitar a deterioração dos níveis atuais de salário.

De outro lado, as empresas, mesmo as melhores, se concentram em administrar um intolerável grau de incerteza. No caso das bem-sucedidas, isso significa, principalmente, tentar evitar a erosão dos saldos de caixa disponíveis. A racionalidade e prudência levam a evitar investimentos de grande vulto e decisões de maior risco. Está-se vivendo a negação do clima adequado ao investimento produtivo.

Os dois comportamentos citados confluem para o atual fenômeno de um mercado de overnight girando, diariamente, cerca de US\$ 60 bilhões. E que não é apenas o resultado de especulação financeira. E sim, também, da legítima preocupação, das pessoas, das empresas e dos investidores institucionais, de evitar a corrosão brutal, em al-

ECONOMIA

Ainda não chegamos à rejeição total da moeda, mas o Brasil, desequilibrado, oscila perigosamente à beira do abismo da hiperinflação. Diante desse quadro, impõe-se ao novo governo uma reação radical, uma ação de emergência para liquidar o problema.

Por JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

guns dias, dos salários, capital de giro e poupança.

Por seu turno, o governo é conduzido a limitar a política econômica ao esforço de não deixar acontecer a hiperinflação. Não há mais política de crescimento, nem de distribuição de renda. Existe apenas o dia-a-dia da luta antinflacionária. De tirar bolas de dentro do gol.

O Brasil não é, certamente, um caso de terra arrasada, como aconteceu em outros países latino-americanos. Basta lembrar as situações passadas de Bolívia e Argentina, e a presente do Peru. Aqui, o Estado ainda consegue funcionar e conservar, precariamente, a sua capacidade de cobrar tributos. A iniciativa privada continua demonstrando vitalidade. Mas são evidentes não só os sinais de deterioração da infra-estrutura econômica e social, como de defasagem tecnológica, em muitos setores industriais. Instalou-se o império da incerteza e o fechamento das perspectivas.

O segundo argumento, em favor de considerar-se a inflação o grande inimigo, é um desdobramento do primeiro. Os grandes objetivos nacionais, de crescimento, redistribuição de renda e consolidação da democracia, passam a ser duramente afetados, por aquela desestabilização econômica e social.

A incerteza e angústia permanentes, em que vive a sociedade brasileira, não constituem base adequada para construir o desenvolvimento e a democracia. Na verdade, o processo de modernização, nas dimensões econômica e social, entrou em compasso de espera. Não há mais a perseguição clara desses objetivos, nem a evolução para novos estágios de industrialização e desenvolvimento, a não ser de forma desconexa e eventual. A estagnação prolongada traz muito mais que a simples estabilização da renda per capita.

Por outro lado, a inflação é um dos responsáveis pela atual volatilidade política do País. Existe um eleitorado de massa itinerante, que no início do ano estava apoiando Sílvio Santos, passou para Collor e Lula, retraiu-se em relação a Lula (por causa das greves), voltou em parte para Sílvio Santos (quando foi lançada a sua candidatura) e terminou dividido entre Collor, Lula e Brizola, na eleição do 1º turno.

Tal eleitorado fluante perdeu o centro geográfico, pela desmoralização do centro político e, em certa medida, do centro-esquerda (devido à presença do PMDB no governo), como consequência da desmoralização da Nova República. E no fulcro dessa desmoralização está o fracasso do combate à inflação. Tornou-se, por isso, presa fácil dos movimentos de salvação, sejam do centro ou da esquerda alternativa (salvação pelo Estado, salvação pela sociedade, salvação pelo líder carismático).

Nunca é demais lembrar que nas experiências autoritárias, entre as duas guerras, Alemanha, Áustria, Itália e Espanha eram nações emergentes, mas ainda não plenamente desenvolvidas, e estavam conhecendo o advento da política de massas.

O EQUILÍBRIO POR UM FIO

Não se está querendo dizer que haja perigo de retrocesso brasileiro, no tocante à democratização. Mas, certamente, a consolidação democrática e a retomada do crescimento são dificultadas pelo fenômeno de volatilidade política mencionada.

Dissemos, antes, serem duas as colocações políticas a fazer. A segunda é que, na situação atual, não se trata apenas de reduzir a inflação a taxas menos bárbaras. Trata-se de eliminá-la, virtualmente. Se o Brasil deseja ser país desenvolvido, do Primeiro Mundo, precisa saber que isso exige inflação anual de um dígito, como nas nações desenvolvidas, e nos NICs (Newly Industrializing Countries, os países de industrialização recente) da Ásia, como Coreia e Taiwan.

É importante entender por quê. Inicialmente, a experiência dos últimos 40 anos já mostrou que o nosso relacionamento com a inflação significou, sempre, inflação ascendente, e, nos patamares mais altos, rapidamente ascendente. Isso é tão mais verdade em regime democrático, quando o governo não tem mais o controle do orçamento, nem pode facilmente conter salários. A ambiguidade era evidente: não desejávamos a inflação; mas não conseguíamos viver sem ela.

A natureza do processo resalta de uma análise da questão política que está por trás da problemática da inflação, no Brasil. Ou seja, a causa última do processo inflacionário, por trás de causas mais aparentes, como o déficit público.

Tal questão deve ser considerada em dois aspectos. O primeiro é que a ideologia dominante, nos diferentes governos, ao longo das quatro últimas décadas, foi o "desenvolvimentismo". E isso significou obstáculo, quase intransponível, ao verdadeiro controle da inflação. Em maior ou menor escala (em maior escala: governos Juscelino, Jânio, Jango, Figueiredo e Sarney; em menor escala, governo Castelo Branco; escala média: governos Costa e Silva, Médici e Geisel).

"Desenvolvimentismo", claro, não significa ser a favor do desenvolvimento. Significa sê-lo de determinada forma, até, eventualmente, em caráter danoso ao desenvolvimento. Aquela forma implícita, principalmente, duas posições: não aceitar a recessão, mesmo breve; e tomar como objetivo principal a taxa de crescimento, no curto prazo. O problema dessas duas posições é que podem inviabilizar o ajuste macroeconômico — às vezes indispensável, para controlar a inflação ou o balanço de pagamentos — e, em consequência, o crescimento sustentado. Sob o fundamento de que o País tem graves problemas sociais — o que é inteira verdade —, conclui-se ser necessário estar sempre crescendo — o que pode sacrificar as condições para o crescimento continuado, no médio e longo prazo. Com essa visão, as correções de distorção, às vezes inadiáveis, vão sendo adiadas, até que sobrevém alguma crise. E a estagnação, ou mesmo a recessão, se instala, como em 63, 81 e 87.

Uma forma particularmente desastrosa dessa visão é a ideia míope de começar o mandato do governo tentando acelerar o crescimento, para conquistar apoio político, independentemente da situação da inflação e do balanço de pagamentos. Ideia errada, política e economicamente. Não há fórmula mais segura para tornar difícilmente viável qualquer governo, como se viu nos segundos semestres de 79 e de 85.

Mas, além do "desenvolvimentismo", existe um segundo aspecto da questão política por trás da inflação brasileira. É a tolerância social com a inflação. Estamos sempre a tratar a inflação como se fosse uma gripe, quando, às vezes, é uma pneumonia. Ou, até, um câncer.

Tal tolerância se manifesta tanto no comportamento do Estado, como no da sociedade.

O Estado encontra na inflação a forma de acomodar certa vocação patrimonialista, à la Max Weber. A partir dos anos 30, bem ou mal, o Estado brasileiro revelou a sua outra vocação, modernizadora, como agente de crescimento econômico e de progresso social. Mas não perdeu de todo a velha tradição clientelista e alimentadora de cartórios empresariais, trazida da coroa portuguesa. Diante de todas essas demandas múltiplas, e das necessidades próprias de sua burocracia, passou a ter dificuldade em levantar os recursos de que precisava, através apenas dos tributos e das contribuições da Previdência. E tendeu a disfarçar essa incapacidade por meio da inflação, gerando emissões. Captava, desta forma, mediante o imposto inflacionário, os recursos adicionais, para fazer tudo que desejava.

Assim se tornou o Estado a principal causa autônoma da inflação, associada à política monetária permissiva. A partir do começo dos anos 70, pode endividar-se pela dívida mobiliária interna, e, mais adiante, pela dívida externa. Nos descaminhos dos anos 80, perdeu credibilidade nessas duas fontes de crédito, e inviabilizou-se financeiramente. Passou, por isso, a fazer cada vez mais inflação, já agora num processo realimentado e, até, exacerbado, pela indexação generalizada, de expectativas aceleracionistas.

Por seu turno, a sociedade, desde os anos 50, tentou, através da inflação, resolver o seu conflito distributivo. Ou melhor, não conseguiu resolvê-lo de forma não inflacionária. Evidentemente, a forma de, no médio e longo prazo, elevar o nível de renda dos diferentes agentes econômicos — empresas e assalariados, principalmente — é através do desenvolvimento. Ou seja, do crescimento e da política social, não paternalista.

Mas no clima já referido, em que o Estado reagia às pressões econômicas e sociais fazendo inflação, cedo aqueles agentes perceberam que podiam tentar colocar a inflação a serviço de melhorar sua participação na renda nacional. Ou, pelo menos, que dela tinham que se defender. Deliberadamente ou não, essa ação defensiva tendeu a verificar-se acumulando novas tensões inflacionárias, através do processo batizado pelos economistas como de política de rendas. São os reajustes perío-

dicos de preços, aluguéis, salários, para recompor a sua remuneração, afetada pela inflação.

Se todo mundo for reajustado pela média (isto é, pelo valor real médio em certo período), eu saio ganhando se conseguir reajuste pelo pico (o mais alto nível real, no mesmo período). Aumento a minha participação no PIB (a renda nacional). Mas só alcanço isso se alguém perder. Se os outros perceberem o que estou fazendo, não vão aceitá-lo, e tentarão fazer o mesmo. A saber: conseguir reajuste pelo pico, e não pela média. E aí vamos ter inflação de custos, e os preços vão reacelerar. Em síntese: se algum agente econômico não se satisfizer com a correção pela média (que é a forma de os salários e preços apenas realimentarem a inflação, sem dela ser causa autônoma), irá converter-se, intencionalmente ou não, em foco de inflação autônoma.

Na fase mais recente, entrou o fenômeno das expectativas aceleracionistas. Na ideia de que no período seguinte a taxa de inflação vai elevar-se, ou o governo vai fazer congelamento de preços, as empresas passam a efetuar reajustes superiores à inflação passada. Tem-se, com isso, outro fator autônomo de inflação, do lado das expectativas, conjugado ao anterior.

Quem levaria a melhor, nesse conflito distributivo?

Impossível dizê-lo, sem melhor estudo empírico. Não obstante, nas condições que prevaleceram no Brasil, pode-se esperar que o assalariado saia perdendo, em relação às empresas e aos aplicadores no mercado financeiro. É mais fácil a estes últimos fazer reajustes mais frequentes. Além disso, havia clima de constante pressão de demanda, segundo já descrito (a ênfase no crescimento a curto prazo e a atuação expansionista do governo). Nessas condições, considerando-se as estruturas oligopolíticas de vários setores industriais, é mais fácil às empresas transferir para os preços os seus aumentos de custos, ou as suas expectativas, com ou sem CIP-Seap.

E qual é a contribuição dos economistas do governo, no meio dessa festa? De forma simplificada, pela influência (maior ou menor) do elixir "desenvolvimentista", ela passou por duas fases. Na primeira, nos anos 50 e até 1963, seu papel foi, principalmente, de contestar o que o governo e a sociedade estavam tentando fazer. Houve várias teorias: uma delas, influente na revista Desenvolvimento e Conjuntura, da CNI, mostrava ser possível aumentar a taxa de poupança, através da poupança forçada, trazida pela inflação. Outra, na CNI e na Federação das Indústrias do Rio, dizia que a inflação reduzia os picos salariais a médias. Ainda outra, a teoria estruturalista, superestimava os choques de oferta. Mas todas referendavam, pela acomodação monetária rotineira, a inflação resultante da ação dos fatores autônomos, fossem de demanda ou de custos.